



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO I

ANO XVII — Nº 25

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 17 DE MARÇO DE 1962

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

#### Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 27 e 29 do mês em curso, 3, 5, 10, 12 e 24 de abril próximo, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dias 27 e 29 de março, 3, 5, 10 e 12 de abril:

— veto (parcial ao Projeto de Lei nº 2.222-57, na Câmara e nº 13, de 1960, no Senado, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

Dia 24 de abril:

1) — veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.174-B-59, na Câmara e

nº 75-61, no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado às obras e equipamentos da Escola Politécnica de Campina Grande, no Estado da Paraíba; -

2) — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.319-B-61, na Câmara e nº 1-62, no Senado, que torna extensivas aos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais disposições das Leis ns. 3.780 e 3.826, de 1960, e dá outras providências.

Congresso Nacional, 16 de março de 1962.

AURO MOURA  
Presidente

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 4ª Legislatura

#### PEQUENO EXPEDIENTE

Breno da Silveira  
Lino Braun  
Adylio Viana  
Milton Brandão  
Armando Corrêa  
Wilson Vargas  
Xavier Fernandes  
Rezende Monteiro  
Oliveira Franco  
Aurélio Vianna  
Fernando de Santana  
Geraldo Freire  
Sylvio Braga  
Cunha Cunha  
Agnaldo Costa  
José Rio  
Dias de Macedo  
Alberto Hoffmann — 16-3  
Miguel Bahury — 16-3  
Elias Adaime — 16-3  
Benjamin Farah — 16-3  
Anílio Dino — 16-3  
Cunha Bueno — 16-3  
Aniz Badra — 16-3

#### REUNIÕES MARCADAS PELO SR. PRESIDENTE PARA SEGUNDA-FEIRA, DIA 19 DE MARÇO DE 1962

##### Comissões Permanentes

De Redação, reunião, às 15 horas, para eleição de Presidente e vice-Presidente.

De Serviço Público, às 15 horas, para eleição de Presidente e Vice-Presidente.

##### Comissão Especial

De Mudança da Capital, às 15 horas.

#### GRANDE EXPEDIENTE

Antônio Feliciano  
Miguel Bahury  
Anísio Rocha  
Ozanan Coelho  
Milton Reis  
Padre Nêbre  
José de Castro  
Geraldo Guedes  
Último de Carvalho  
Castro Costa  
José Romarinho  
Amílcar Pereira  
Gabriel Gonçalves  
Clóvis Mota  
Nicolau Tuma  
Bagueira Leal  
Osmar Cunha  
José da Silveira  
José Humberto

Carmelo D'Agostino  
Campos Vergal  
Nelson Carneiro  
Celso Brand  
Theódilo Albuquerque  
Olavo Fontoura  
Clemens Sampaio  
Aderbal Jurema  
Bezerra Leite  
Lourival de Almeida  
Alberto Hoffmann  
Vasco Filho  
José Joffil  
João Abdala  
Elias Adaime  
Hamilton Prado  
Bocayuva Cunha  
Manoel de Almeida  
Ruben Nogueira  
Antônio Dino

Waldemar Simões  
Breno da Silveira  
Oswaldo Lima Filho  
Benjamin Farah  
Adylio Viana  
Milton Brandão  
Xavier Fernandes  
Wilson Vargas  
Rezende Monteiro  
Cunha Bueno  
Oliveira Franco  
Fernando de Santana  
Aurélio Vianna  
Geraldo Freire  
Sylvio Braga  
Agnaldo Costa  
José Rio  
Dias de Macedo

Ordem do Dia marcada pelo Senhor Presidente para a sessão de segunda-feira, dia 19 de março de 1962

#### EM PRIORIDADE

##### Votação

Projetos ns. 3.893-B-58 e 3.542-A-31.

##### Discussão

Projeto de Resolução nº 134-61.  
Projeto nº 2.787-A-61

Nestas circunstâncias, impõe-se que a mensagem do Executivo, em tão boa hora enviada à Câmara, no tempo em que o nosso Presidente exercia as funções de Presidente da República, seja aprovada no menor prazo possível e nos primeiros dias desta sessão legislativa, uma vez que já tem pareceres favoráveis de todas as comissões.

Sr. Presidente, os estudantes de direito de São José dos Campos, lamentando o infuusto desaparecimento, a trágica morte de um seu colega vêm desenvolvendo nesta rodovia intensa campanha de propaganda junto aos motoristas para que reduzam seus impetus de velocidade em benefício da segurança coletiva. Essa é uma região antiga que ressurgiu, substituindo

a velha economia cafeeira pela variedade de cultura agrícola e industrial, com estradas e eletricidade que ligam as duas maiores cidades do País.

Mas, Sr. Presidente, se as estatísticas diz que a maior parte dos acidentes ocorrem por deficiências do faturamento contribuem para essas deficiências, nós podemos dizer que ciências, muitas vezes as libações acodlicas dos motoristas. Mas é também necessário que se acentue: há motoristas que dirigem na Rodovia Dutra e trabalham maior número de horas do que o permitido pela lei.

A propósito, quero destacar os seguintes números, de estatística que fiz levantar na via Dutra pela Polícia Rodoviária Federal e a mim remetida no ano passado:

**RESULTADOS DA ESTATÍSTICA ESPECIAL SOBRE HORAS DIÁRIAS DE TRABALHO DOS MOTORISTAS QUE TRANSITAM NA RODOVIA "PRESIDENTE DUTRA"**

Horas diárias de trabalho	Numero de motoristas	Percentagem
05:00 — 06:59	3	0,8
07:00 — 08:59	25	6,8
09:00 — 10:59	68	18,6
11:00 — 12:59	108	29,5
13:00 — 14:59	49	13,4
15:00 — 16:59	94	25,7
17:00 — 18:59	16	4,4
19:00 — 20:59	1	0,2
21:00 — 22:59	2	0,5
<b>Total</b>	<b>366</b>	<b>100,0</b>

Motoristas			Horas de trabalho média diária
Categoria	Número	%	
Autônomos	109	30%	12 h 4 min.
Empregados	257	70%	12 h 51 min.
	<b>366</b>	<b>100%</b>	<b>12 h 37 min.</b>

For aí se vê, Sr. Presidente, que entre 336 motoristas recensados, dos autônomos, 109, isto é, 30% do total, trabalhavam por dia, segundo suas declarações, em média, 12 horas e 4 minutos, e, dos empregados, 257, representando 70% dos recensados, trabalhavam 12 horas e 51 minutos, em média.

Ora, trabalhar 12 horas e 51 minutos, em média, vale dizer que alguns devem trabalhar 14 ou 15 horas por dia, ao volante de um caminhão, enfrentando as asperas de uma estrada, o calor, a chuva, o mau tempo. E nestas condições o consago provoca sonolência que, como o álcool, provoca inibição nos movimentos reflexos desses motoristas que acabam praticando os gravíssimos acidentes que esta Câmara há de votar, nos nossos Estados e dos Estados vizinhos, fazendo com que a Via Dutra, hoje, seja chamada "a pista de sangue".

Por tudo isso, tenho a certeza de que a esta Câmara há de votar, nos primeiros dias desta sessão legislativa, a Mensagem remetida pelo então Presidente da República, Deputado Raniere Mazzilli, a fim de que tantas vidas sejam preservadas e a economia de uma região não seja sacrificada

pelas dificuldades do tráfego. (Muito bem).

**O SR. JOSUÉ DE CASTRO:**

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, cada dia se consolida mais na opinião pública brasileira, como verdadeira consciência coletiva, e realidade social, triste realidade social, de que o problema do Nordeste não é apenas um problema regional, mas é um problema nacional, e um dos mais graves problemas nacionais da hora presente: o problema dessa disparidade econômica e social que distancia as populações nordestinas do resto da coletividade brasileira. Tanto isso é verdade que a Mensagem que tivemos a honra de receber ontem, enviada pelo Sr. Presidente da República, apesar de ser documento sintético, estuda com profunda objetividade a realidade social brasileira, destinando um largo capítulo à análise dessa disparidade e da realidade social do Nordeste, atolado no subdesenvolvimento, com todas as consequências sociais daí decorrentes e preso ao círculo de ferro do pauperismo generalizado que grassa naquela região.

O problema avulta, portanto, na hora presente. O Nordeste se apresenta como uma área exclusiva. As populações nordestinas já se impacientam por encontrar soluções adequadas para seus problemas, que não estão presos a uma contingência natural, irremediável: a possível pobreza da base física do Nordeste.

As causas profundas desses males estão na falta de orientação, de organização, de estruturação para encarar o problema.

Sr. Presidente, fiz estas considerações tendo em vista ressaltar um ato que acaba de ser efetuado no Nordeste, qual seja o da assinatura de convênio entre o Brasil e Israel para que o nosso País se possa beneficiar da capacidade técnica do pequeno país israelense, no que diz respeito à conquista das terras áridas.

Há poucos dias da semana corrente o Ministro do Exterior, Sr. San Tiago Dantas, antes de embarcar para Genebra, deu-se ao trabalho de ir a Recife, considerando a importância do ato, para assinar, no próprio Nordeste, esse convênio, através do qual nosso País muito se beneficiará.

Sou daqueles, Sr. Presidente, que visitaram Israel e puderam presenciar de perto o que aquele país vai fazendo e como se vai organizando, constituindo-se hoje o maior exportador de técnicos do mundo. Israel inteiro é um laboratório experimental de ciência aplicada em benefício da humanidade. Visitei vários Institutos da região, entre os quais o Instituto Tecnológico de Israel, e verifico, principalmente no Instituto de Aplicação e Utilização das Terras Áridas, tudo que ali se faz de importante para integrar a Israel terras antes despovoadas.

Quando uma missão inglesa, há anos, foi a Israel, estando com seu Presidente de então, o Presidente Weissman, cujo nome é dado ao Instituto, e encontrando-o com uma profeta na mão perguntelhe: o que está o Sr. fazendo? Ele disse: estou criando o poder absorvente. Pois dizia-se que aquele país não tinha capacidade de absorver os judeus, que hoje lá estão. Graças à tecnologia, Israel tem, hoje, dois milhões de pessoas bem vestidas e bem alimentadas.

Ora, Sr. Presidente, o convênio vai nos trazer esta experiência técnica e é por isto que quero da tribuna desta Casa realçar sua significação e felicitar o Sr. Ministro das Relações Exteriores pela iniciativa que teve de assinar esse convênio e dar-lhe o necessário relevo, e, principalmente, enalabar e felicitar o ilustre Embaixador de Israel, Sr. Joseph Tekoah, o elaborador deste convênio, que vai deixar o nosso País e que é merecedor da homenagem desta Casa, pelo muito que fez pela amizade entre Israel e o Brasil e pelo muito que fez ao Brasil, sugerindo convênios desta natureza, através dos quais o Brasil muito se beneficiará, notadamente minha região, o Nordeste, utilizando a experiência adquirida em Israel na conquista das terras áridas e semi-áridas.

Eram estes os objetivos das palavras que desejava pronunciar neste momento em homenagem ao Ministro das Relações Exteriores e ao Embaixador de Israel, ao qual desejo as maiores felicidades na sua nova missão ao deixar nosso País onde fez amigos e admiradores pelo muito que realizou no cumprimento da sua tarefa. (Muito bem; muito bem).

**O SR. JOSÉ SILVEIRA:**

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebi, na manhã de hoje, telegrama do Prefeito Municipal de Nova Esperança, cidade situada no norte do Paraná, Sr. Armando de Lima Uchoa, dando-me ciência de que forte temporal causou grandes prejuízos àquele Município, pela ero-

são que provocou a chuva, destruindo grande parte de ruas daquela localidade.

Fiquei muito preocupado, Sr. Presidente, em primeiro lugar por conhecer o temperamento daquele jovem administrador, Armando de Lima Uchoa, homem por demais equilibrado e sereno. Daí entender em que o alarmante despacho telegráfico deve realmente corresponder à verdade.

Em segundo lugar, preocupei-me porque Nova Esperança está localizada naquela região arenosa do norte do Paraná, muito sujeita a erosões. Diz o Sr. Prefeito que, de um momento para outro, várias ruas foram destruídas, transformadas em valas com profundidade maior de vinte metros, e que escapa às possibilidades econômicas do Município a reparação dos prejuízos.

Apela, assim, para que eu interceda junto aos poderes federais no sentido de ser-lhe propiciado auxílio, senão sob a forma de donativo, pelo menos sob a forma de empréstimo as condições de progresso de Nova Esperança asseguram a viabilidade dessa hipótese.

Deixo registrado aqui o meu anjo, o qual renovarei pessoalmente junto a S. Ex.ª o Sr. Presidente da República e S. Ex.ª o Sr. Primeiro Ministro, no sentido de ser socorrido àquele município que tanto produz para a economia nacional. Para que se diga que a comarca de Nova Esperança fornece aproximadamente um milhão de sacas de café. Daí a autoridade que temos para pedir, se não uma ajuda, um donativo pelo menos um empréstimo para que o Sr. Prefeito de Nova Esperança possa recuperar os danos causados pelas chuvas. (Muito bem).

**O SR. CAMPOS VERGAL:**

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, entendo que toda e qualquer iniciativa tomada nesta Casa, pela consecução da cédula única, constitui um bem nacional, uma grande conquista de natureza cívica.

Temos tempo suficiente para transformar em lei o projeto que se encontra no Senado. Ninguém poderá dizer, nem poder alguma da República, que o tempo é escasso. Mas se, por ventura assim o consideraram, é convenientemente até uma emenda, uma lei especial, no sentido de protelar, de adiar as eleições que se deverão realizar em 7 de outubro próximo.

O que todavia não pode perseverar é o sistema antiquado; burocrático — nada tem com o Senador Auro de Moura Andrade, mas com outro — *auri sacra James*. O que se precisa ter em vista é a objetividade de trazer para esta Casa elementos populares, pois que se o sistema de confecção de cédulas continuar a ser individual, para a próxima legislatura apenas se elegerão homens portadores de grandes riquezas, plutocratas, milionários de vários naipes, mas o povo aqui não estará representado.

Se isso se der, Senhor Presidente, a Câmara ver-se-á inteiramente inócua, vazia, porquanto os que realmente trabalham são aqueles que sentem as necessidades públicas, os que possuem espírito público e senso cívico da democracia.

Dirijo pois, veemente apelo a todos os Senhores Deputados e também aos Senhores Senadores, no sentido de transformarem em realidade legal esse projeto que institui a cédula única para todo o País. (Muito bem).

**O SR. BAGUEIRA LEAL:**

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Deputados, venho a esta tribuna para ler telegrama que recebi do Presidente da Câmara Muni-